



Pan Consórcio

Demonstrações Financeiras – Exercício 2015

01 de fevereiro de 2016



**PanAmericano Administradora de Consórcio Ltda.
Relatório da Administração – 2015**

01 de Fevereiro de 2016

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Pan Consórcio”) é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A. (“Banco”), que detém 99,99% de seu capital total. A Pan Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No exercício de 2015, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 22 milhões, 55% maior do que o exercício de 2014. O resultado bruto da Pan Consórcio foi de R\$ 2 milhões em 2015, estável em relação ao resultado bruto de 2014.

A Pan Consórcio apresentou, em 2015, um resultado líquido negativo de R\$ 511 mil, comparável a um lucro líquido de R\$ 2 milhões em 2014. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 atingiu R\$ 17 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2015 a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2016.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		8.877	16.005	CIRCULANTE		7.960	11.619
Disponibilidades		17	13	Outras obrigações		7.960	11.619
Títulos e valores mobiliários		-	11.317	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	5.982	10.730
Carteira própria	4	-	11.317	Fiscais e previdenciárias	6.a	844	251
Outros créditos		8.856	4.675	Diversas	6.b	1.134	638
Diversos	5.b	8.856	4.675				
Outros valores e bens		4	-				
Despesas antecipadas		4	-				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		27.648	25.331	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		12.077	12.751
Títulos e valores mobiliários		14.091	7.614	Outras obrigações		12.077	12.751
Carteira própria	4	14.091	7.614	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	1.444	724
Outros créditos		13.557	17.717	Diversas	6.b	10.633	12.027
Créditos específicos	5.a	1.444	724				
Diversos	5.b	12.113	16.993				
PERMANENTE		85	119	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.573	17.085
Imobilizado de uso	18.b	5	-	Capital realizado		12.388	12.388
Outras imobilizações de uso		28	-	De domiciliados no País	8	12.388	12.388
(-) Depreciações acumuladas		(23)	-	Reserva de capital		-	1
Intangível	18.c	80	119	Reserva de lucros		4.185	4.696
Ativos intangíveis		613	613				
(-) Amortizações acumuladas		(533)	(494)				
TOTAL DO ATIVO		36.610	41.455	TOTAL DO PASSIVO		36.610	41.455

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2015 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido/prejuízo por cota)

	Nota explicativa	2º semestre 2015	Exercício	
			31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.029	2.042	1.999
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.029	2.042	1.999
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.029	2.042	1.999
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(761)	(2.896)	(5.868)
Receitas de prestação de serviços	9	13.946	22.186	14.336
Despesas com pessoal	10	(2.742)	(4.986)	(1.920)
Outras despesas administrativas	11	(9.658)	(14.887)	(9.829)
Despesas tributárias	12	(1.927)	(3.001)	(1.592)
Outras receitas operacionais	13.a	1.496	2.547	392
Outras despesas operacionais	13.b	(1.876)	(4.755)	(7.255)
RESULTADO OPERACIONAL		268	(854)	(3.869)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		108	108	1
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO		376	(746)	(3.868)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.a	(140)	235	1.970
Provisão para imposto de renda		-	-	(38)
Provisão para contribuição social		-	-	(23)
Ativo fiscal diferido		(140)	235	2.031
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO		236	(511)	(1.898)
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR COTA - EM R\$		0,02	(0,04)	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2015 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Prejuízo/ lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	12.388	1	349	6.245	-	18.983
Prejuízo	-	-	-	-	(1.898)	(1.898)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(1.898)	1.898	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	12.388	1	349	4.347	-	17.085

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	12.388	1	349	4.347	-	17.085
Prejuízo	-	-	-	-	(511)	(511)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(511)	511	-
Reserva de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.388	-	349	3.836	-	16.573

SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	12.388	1	349	4.347	(747)	16.338
Lucro líquido	-	-	-	-	236	236
Absorção de prejuízos	-	-	-	(511)	511	-
Reserva de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.388	-	349	3.836	-	16.573

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O 2º SEMESTRE DE 2015 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre	Exercício	
	2015	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO	236	(511)	(1.898)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	34	62	39
Constituição de provisão para contingências	1.414	2.937	6.013
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	140	(235)	(2.031)
Lucro líquido/prejuízo ajustado	1.824	2.253	2.123
Variação de ativos e passivos:			
Redução em títulos e valores mobiliários	2.288	4.840	4.470
Redução em outros créditos	179	214	2.608
Redução (Aumento) em outros valores e bens	45	(4)	-
Redução em outras obrigações	(4.325)	(7.271)	(9.146)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11	32	55
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aquisição de imobilizado de uso	-	(28)	-
Aplicações no intangível	-	-	(48)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	(28)	(48)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11	4	7
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6	13	6
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17	17	13
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos	571	978	2.876

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO CIRCULANTE		169.421	145.547	PASSIVO CIRCULANTE	169.421	145.547
Disponibilidades		54	186	Obrigações com consorciados	27.710	21.711
Depósitos bancários		54	186	Valores a repassar	10.934	9.853
Aplicações financeiras	20	93.462	79.914	Obrigações por contemplações a entregar	77.071	55.694
Outros créditos		75.905	65.447	Obrigações com a administradora	-	100
Direitos junto a consorciados contemplados		75.905	65.447	Recursos a devolver a consorciados	39.981	47.191
Normais		73.227	64.319	Recursos dos grupos	13.725	10.998
Em atraso		880	1.027			
Em cobrança judicial		1.798	101			
COMPENSAÇÃO		898.615	530.745	COMPENSAÇÃO	898.615	530.745
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.578	2.058	Recursos mensais a receber de consorciados	2.578	2.058
Contribuições devidas ao grupo		476.676	288.761	Obrigações do grupo por contribuições	476.676	288.761
Valor dos bens a contemplar		419.361	239.926	Bens a contemplar	419.361	239.926
TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO		1.068.036	676.292	TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO	1.068.036	676.292

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA**

PARA O 2º SEMESTRE DE 2015 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre	Exercício	
	<u>2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>86.717</u>	<u>80.100</u>	<u>76.450</u>
Depósitos bancários	26	186	1
Aplicações financeiras	27.824	24.211	22.526
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	58.867	55.703	53.923
(+) RECURSOS COLETADOS	<u>32.026</u>	<u>58.706</u>	<u>49.992</u>
Contribuições para aquisição de bens	17.307	33.174	30.878
Taxa de administração	8.421	14.306	8.839
Contribuições ao fundo de reserva	502	821	893
Rendimento de aplicações financeiras	4.785	8.726	7.056
Multas e juros moratórios	118	222	189
Prêmios de seguro	744	1.261	843
Custas judiciais	3	3	-
Outros	146	193	1.294
(-) RECURSOS UTILIZADOS	<u>25.227</u>	<u>45.290</u>	<u>46.342</u>
Aquisição de bens	15.305	28.894	25.820
Taxa de administração	8.338	14.141	9.656
Multas e juros moratórios	48	101	90
Prêmios de seguro	810	1.221	799
Custas judiciais	1	1	-
Devolução a consorciados desligados	44	66	4.191
Outros	681	866	5.786
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>93.516</u>	<u>93.516</u>	<u>80.100</u>
Depósitos bancários	54	54	186
Aplicações financeiras	16.329	16.329	24.211
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	77.133	77.133	55.703

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, cujo os efeitos entraram em vigor a partir de 01/01/2016.

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2015, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 01/02/2016.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Provisão para perdas:

A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio estava constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuados aos grupos de computadores.

e) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

f) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear em 5 anos.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

l) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel / lastro da operação	31/12/2015				31/12/2014	
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
Títulos disponíveis para venda						
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	7.837	-	7.837	7.837	7.615	7.615
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	6.254	6.254	6.254	11.316	11.316
Total	7.837	6.254	14.091	14.091	18.931	18.931

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI; e

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5) OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos:

	31/12/2015	31/12/2014
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	1.291	538
Bens retomados após encerramento	153	186
Total (a)	1.444	724

(a) Nota 6c

b) Diversos:

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos e bloqueios judiciais	9.554	12.462
Créditos tributários (Nota 14b)	4.776	4.540
Impostos a compensar	2.732	4.015
Taxa de administração a receber	2.476	35
Outros valores a receber	967	-
Empréstimos a grupos de consórcio (a)	-	585
Provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio (b)	-	(485)
Cotas de grupos de consórcio (c)	219	219
Outros créditos	245	297
Total	20.969	21.668

(a) Em 31 de dezembro de 2014 referem-se a empréstimos efetuados aos grupos de consórcio para encerramento destes no período de 12/2004 a 02/2014;

(b) Em 31 de dezembro de 2014 referem-se à provisão para perda de empréstimos efetuados aos grupos de computadores; e

(c) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

6) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2015	31/12/2014
COFINS a recolher	413	100
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	61
Impostos contribuições sobre salários	237	29
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	88	26
PIS a recolher	89	22
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	17	13
Total	844	251

b) Diversas:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para passivos contingentes (Nota 7I)	10.633	12.027
Provisão para pagamentos a efetuar	1.108	637
Outros	26	1
Total	11.767	12.665



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Obrigações com grupos de consórcio:

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos não procurados – grupos (Nota 3h)	5.982	10.730
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 5a)	1.444	724
Total	7.426	11.454

7) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

c) Processos cíveis:

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2015	31/12/2014
Processos cíveis	3.633	6.496
Processos trabalhistas	6.798	5.328
Processos tributários	202	203
Total (a)	10.633	12.027

(a) Registrado em Outras Obrigações – Diversas (Nota 6b).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

II - Movimentação das provisões:

	31/12/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2014	6.496	5.328	203	12.027
Baixas	(2.712)	(1.608)	(11)	(4.331)
Constituições líquidas de reversões	(151)	3.078	10	2.937
Saldo em 31/12/2015	3.633	6.798	202	10.633

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$12.388 em 31/12/2015 e 31/12/2014, e está representado por 14.077.212 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

9) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de administração (a)	17.419	11.403
Taxa de permanência	4.640	2.852
Taxas de serviços	127	81
Total	22.186	14.336

(a) O exercício de 2015 contempla o valor de R\$ 2.821 de taxa contratual pactuada sobre consorciados desistentes (R\$ 1.599 em 31/12/2014).

10) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2015	31/12/2014
Proventos	1.634	798
Encargos sociais	955	679
Benefícios	318	200
Honorários	2.077	240
Outros	2	3
Total	4.986	1.920



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2015	31/12/2014
Comissões sobre venda de consórcio	8.663	5.613
Serviço de cobrança	3.933	2.698
Call Center	599	395
Aluguéis	346	366
Serviços técnicos especializados	427	341
Eventos	266	-
Processamento de dados	153	6
Outras	500	410
Total	14.887	9.829

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2015	31/12/2014
Contribuição à COFINS	1.803	1.070
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	805	287
Contribuição ao PIS	389	232
Impostos e taxas	4	3
Total	3.001	1.592

13) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2015	31/12/2014
Valores grupos	967	-
Reversão de provisões operacionais	848	8
Variação monetária ativa	276	279
Recuperação de despesas	447	31
REFIS – ganho na redução da lei 12.941	-	15
Outras	9	59
Total	2.547	392

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2015	31/12/2014
Constituição de provisões (Nota 7)	3.300	6.013
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	1.440	889
Outras	15	353
Total	4.755	7.255

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(746)	(3.868)
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	253	1.315
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste de crédito tributário	(6)	635
Outros valores	(12)	20
Receita de imposto de renda e contribuição social do exercício	235	1.970

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para contingências cíveis	2.646	577	(1.716)	1.507
Provisão para contingências trabalhistas	1.812	1.392	(893)	2.311
Provisão para contingências tributárias	68	4	(3)	69
Outras provisões	14	3	(14)	3
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.540	1.976	(2.626)	3.890
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	886	-	886
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	4.540	2.862	(2.626)	4.776

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	2.438	-	-	-	2.438
2016	2.106	1.726	-	-	2.106	1.726
2017	1.511	308	595	-	2.106	308
2018	207	1	291	-	498	1
2019	65	3	-	-	65	3
2020	1	64	-	-	1	64
Total	3.890	4.540	886	-	4.776	4.540

Em 31/12/2015, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 3.757 (R\$ 3.752 em 31/12/2014).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	8	11	-	-
Títulos e Valores Mobiliários						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	01/09/2020	14.091	18.931	2.042	1.999
Outras Obrigações						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	(1)	-	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Coligada	Sem prazo	(35)	(17)	-	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Coligada	Sem prazo	(26)	(5)	-	-
Despesas com Pessoal						
Pan Seguros S.A.	Coligada	-	-	-	(3)	(2)
Outras Despesas Administrativas						
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Coligada	-	-	-	(243)	(34)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Coligada	-	-	-	(265)	(97)

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015 foi definido o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2015 no montante de R\$ 4.270.

16) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 31/12/2015 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 16,52%.

17) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio da Administradora no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato da Administradora não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela Administradora. No exercício findo em 31/12/2015, o montante dessa contribuição foi de R\$ 3 (R\$ 7 em 31/12/2014).

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2015 R\$ 315 (R\$ 193 em 31/12/2014).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31/12/2015 e 31/12/2014, a Administradora não possui operação em aberto com instrumentos financeiros derivativos.
- b) Em 31/12/2015 o imobilizado refere-se a instalações, com prazo de depreciação de 10 anos, no montante de R\$ 5.
- c) O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, no montante de R\$ 80 (R\$ 119 em 31/12/2014).

19) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar:

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados:

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

g) Previsão mensal de recursos a receber:

A conta de compensação “Previsão mensal de recursos a receber de consorciados” representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo:

A conta de compensação “Contribuições devidas ao grupo” representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação “Valor dos bens a contemplar” representa o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 21,0% (25,2% em 2014).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

	Quantidade	
	31/12/2015	31/12/2014
Grupos administrados	25	23
Consorticiados ativos	5.385	5.686
Grupos constituídos no exercício	2	8
Grupos encerrados no exercício	-	3
Consorticiados contemplados	2.434	2.059
Consorticiados desistentes e excluídos – total	36.849	31.087
Consorticiados desistentes e excluídos no exercício	5.768	2.693
Consorticiados inadimplentes	985	1.490
Bens entregues no exercício	320	256
Bens pendentes de entrega – total	663	588
Bens pendentes de entrega no exercício	272	236
Taxa média de inadimplência dos consorticiados (a)	18,3%	26,2%

(a) Quantidade de consorticiados inadimplentes/consorticiados ativos.

20) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO

	31/12/2015		31/12/2014
	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	93.462	93.462	79.914
Total	93.462	93.462	79.914



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 01 fevereiro de 2016.

DIRETORIA

José Luiz Acar Pedro
Paulo Alexandre da Graça Cunha
Leandro de Azambuja Micotti
Eduardo Nogueira Domeque
José Luiz Trevisan Ribeiro
Carlos Eduardo Pereira Guimarães
Eduardo Almeida Prado
Alex Sander Moreira Gonçalves

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Sócios
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e a demonstração das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa mesma data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0